

A EMBAIXADA DE D. JOÃO DE ALMEIDA PORTUGAL, 2.º CONDE DE ASSUMAR, NA CORTE DO ARQUIDUQUE CARLOS: NOTAS DIARÍSTICAS, PERCEPÇÕES E IDENTIDADE

DAVID MARTÍN MARCOS*

CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores

Arqueologia de um gosto familiar pelo memorialismo

Desde há muito que a casa de Assumar tem sido estreitamente associada à produção diarística e à cultura política. O diário anónimo sobre a viagem que Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos – o filho da figura que aqui estudamos – realizou, em 1717, do Rio de Janeiro até São Paulo, constitui uma importante fonte documental sobre o cerimonial e acerca do governo da América portuguesa. Editada nos anos trinta do século passado, a relação da jornada do governador de São Paulo e Minas de Ouro e futuro 3.º conde de Assumar tem sido referida em inúmeras ocasiões, contando ainda com uma recente reedição¹. Porém, o *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720* é, sem

* Bolseiro de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ «Diário da Jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo, e desta até as Minas ano de 1717 (cópia fiel do manuscrito 382-8 da *Academia das Ciências*)», *Revista do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional*, n.º 3 (1939), pp. 295-316. Vid. Maria José TÁVORA e Rubem Queiroz COBRA, *Um comerciante do século XVIII. Domingos Rodrigues Cobra, procurador do conde de Assumar. No Apêndice: Diário Completo da Viagem do Conde de Assumar de Lisboa às Minas do Ouro*, Brasília, Atalaia, 1999; e Laura de Mello e SOUZA, *Nora e conflito. Aspectos de História de Minas no século XVIII*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999, pp. 30-42. Este trabalho insere-se no projecto SFRH/BPD/102497/2014, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O autor é também membro dos projectos de investigação *Repensando la identidad: la Monarquía de España entre 1665 y 1746* (HAR2011-27562/HIST) e *Conservación de la Monarquía y equilibrio europeo entre los siglos XVII y XVIII* (HAR2012-37560 C02-01).

dúvida, o documento mais marcante da estadia deste nobre em terras brasileiras. Atribuído, além de ao próprio Pedro Miguel, aos jesuítas José Mascarenhas e António Correia, e escrito logo depois da revolta de Vila Rica, o relato tem sido visto como um texto portador de um maquiavelismo dissimulado e como uma forma de justificar a sua violenta actuação perante o tumulto². Simultaneamente, o contributo, para o memorialismo português, de Pedro Miguel de Almeida e Portugal, através dos seus escritos – entre os quais se encontram, alegadamente, *As prisões da Junqueira* e, também, as suas trocas epistolares, estudadas por Charles R. Boxer e por Nuno Gonçalo Monteiro –, demonstram o especial interesse que esta linhagem teve em adaptar o ideário nobiliárquico ao dispositivo institucional da época. Nuno Monteiro editou a correspondência que o 4.º conde de Assumar enviou para o seu pai, entre 1744 e 1751, de Paris para Lisboa (o seu pai, que tinha servido como governador do Brasil, assumiu depois o cargo de vice-rei da Índia, já como marquês de Alorna³). Boxer chamou a atenção para um capítulo menor, ainda que de grande interesse, da pujante produção escrita dos Assumar: a carta que Isabel de Castro dirigiu ao seu filho Pedro Miguel de Almeida Portugal – que contava então 16 anos –, na qual lhe transmite um vasto leque de conselhos para enfrentar a vida pública⁴.

Nessa carta, datada de 1704, portanto em plena Guerra da Sucessão espanhola, a condessa explica que as obrigações de João de Almeida e Portugal, seu marido, chefe de família e 2.º conde de Assumar, o tinham impedido de que «elle fosse dos primeiros que pegase nas armas» para se dirigir às fronteiras. Por estar incumbido de dar assistência ao arquiduque Carlos durante a sua viagem às Beiras, teve de ser o seu filho Pedro Miguel a assumir esse cargo, uma vez que as elites nobiliárquicas a que pertenciam os Assumar monopolizavam os postos de comando no exército⁵. «E como esta he a primeira ves que vos separais da caza e da asistencia de vosso Pay me acho eu obrigada pello amor que sempre me soubeste merecer [...], a fazeruos algumas advertências», explica Isabel de Castro. Assim, entre as advertências que faz ao seu filho, a condessa destaca o evitar da soberbia e da desconfiança, mas também a rectidão e a religiosidade, a moderação e, ainda, a obediência. A verdade é que este detalhado conjunto de conselhos, entendido como um modelo de virtude e de *ethos* nobiliárquico, acabou por dar origem, num curto espaço de tempo, a várias cópias manuscritas. A instrução

² Rodrigo Bentes MONTEIRO e Vinícius DANTAS, «Maquiavelismos e governos na América portuguesa: dois estudos de ideias e práticas políticas», *Tempo*, vol. 20 (2014), pp. 1-25.

³ Nuno Gonçalo MONTEIRO, *Meu pai e meu senhor muito do meu coração. Correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000.

⁴ Charles R. BOXER, «Uma carta inédita da primeira condessa de Assumar para o seu filho, D. Pedro de Almeida e Portugal (2 de Junho de 1704)» in *Collectânea em honra do prof. doutor Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1974, pp. 265-273.

⁵ Nuno Gonçalo MONTEIRO, *O crepúsculo dos Grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, ICS, 1998, p. 540.

teve portanto impacto não só no primogénito, mas também num círculo mais amplo da nobreza portuguesa, provavelmente graças ao carácter não totalmente privado da carta⁶.

Os velhos antepassados citados nessa carta («tantos avos que de hum e outro apellido Almeydas e Mascarenhas ennobreceirão ja com as suas façanhas as nossas histórias»), bem como o pai (de que Pedro Miguel foi «cuidadoza testemunha» e de quem, ainda que distante, continuará a receber notícias «do vosso bom ou mau procedimento»), são referências universais para uma aristocracia muito ligada à genealogia⁷. A ascendência que deveria ser honrada e a autoridade que tinha de ser respeitada constituíam exemplos a seguir entre todos os membros da nobreza. Por isso, não é difícil imaginar que os leitores tenham extrapolado e adaptado aquele discurso às circunstâncias de cada um. Contudo, as alusões aos compromissos concretos deste *pater familias*, o segundo dos condes de Assumar, também não devem ocultar a pertinência do seu exemplo, sobretudo no momento em que procura ajustar os modos aristocráticos à cultura política da época. Como lembra a própria Isabel de Castro, não é por acaso que o motivo que o mantinha longe era a assistência que João de Almeida e Portugal estava a prestar «a El Rey Catholico». Um cargo que dignificava a Casa e que era único entre a nobreza portuguesa, a qual, pouco tempo antes, em Maio de 1704, tinha assistido à chegada, a Lisboa, de um rei estrangeiro⁸.

Antigo vedor da Fazenda, João de Almeida Portugal (1663-1733) tinha já dado mostras, alguns anos antes, da sua tendência para registar os pormenores que interligavam a política e o cerimonial. Tal aconteceu, por exemplo, em 1701, numa descrição da entrada pública, em Lisboa, do conde de Waldstein, embaixador do imperador Leopoldo I. No seu curto memorial, registou os objectivos políticos da embaixada e da cerimónia organizada para receber o embaixador; tarefa que lhe foi confiada e que aceitou, ainda que a contragosto⁹. Tal como nos explica o conde através dos seus escritos, as relações entre Portugal e o Império tinham sido difíceis desde os anos

⁶ Filipe Lopes Ribeiro do Carmo FRANCISCO, *Guerra e Cultura na Formação de uma Imagem Pública Setecentista. D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, conde de Assumar e marquês de Alorna*, vol. 1, tese de mestrado, Universidade de Lisboa, 2007, p. 14. Sobre os usos públicos da memória familiar, Carolina BLUTRACH, *El III conde de Fernán Núñez (1644-1721): vida y memoria de un hombre práctico*, Madrid, Marcial Pons-CSIC, 2014.

⁷ Ellery SCHALK, *From Valor to Pedigree. Ideas of Nobility in France in the Sixteenth and the Seventeenth Century*, Princeton, Princeton University Press, 1986, p. 154.

⁸ David MARTÍN MARCOS, «'Ter o archiduque por vizinho'. La Jornada a Lisboa de Carlos III en el marco del conflicto sucesorio de la Monarquía de España», *Hispania. Revista Española de Historia*, n.º 241 (2012), pp. 453-474.

⁹ «Relação da Embaixada e Entrada Pública que deu nesta Corte o Conde de Valdstein, Embaixador Extraordinário da Alemanha, ao Senhor Rei D. Pedro II, escrita pelo Conde de Assumar D. João de Almeida vedor da Casa Real que por ordem de El -Rei lhe fez a hospedagem», transcrição de José Segismundo de SALDANHA em «Cadernos de Arquivo», *Revista do Instituto Diplomático*, n.º 14 (2009), pp. 315-323. Existe uma cópia da relação na BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], *Reservados*, cod. 10851.

da prisão do infante D. Duarte em Viena, da sua entrega aos espanhóis e da sua subsequente prisão no castelo de Milão, em 1641. No entanto, com o passar do tempo, assim como através de uma renovada política matrimonial e, ainda, da boa vontade de Leopoldo I e de D. Pedro II, essas feridas foram saradas. O seu compromisso de cumprir «com toda aquella decência que era costume» reflecte-se nos preparativos que organizou e que detalhadamente descreveu. De acordo com o conde de Assumar, a decoração, a comida e os refrescos, o modo de tratamento de Waldstein e da sua família, assim como a maneira como foi recebido, todos os pormenores tinham de estar à altura do momento.

Em 1705, quando D. Pedro II o nomeou embaixador junto do arquiduque Carlos, recém-reconhecido como rei de Espanha e que abandonará Lisboa em direcção à coroa de Aragão, o 2.º conde de Assumar voltou uma vez mais a registar, por escrito, aquele momento. Recém-vestido no cargo, ordenou a elaboração de um *Diário da viagem que fez de Lisboa a Barcelona...* no qual é narrado o seu périplo, seguindo os passos do monarca, até ao levante peninsular¹⁰. «Se embarcou El Rey Catholico no rio de Lixboa no Navio Renola de 84 pessas de Artelharia [...]; em sua companhia se embarcou o Exmo Sr Conde de Assumar, Embaixador extraordinário de Portugal [...] no Navio Pembrock de sesenta e quatro pessas de Artelharia», relata no dia 25 de Julho. «3.ª feira 28 do corrente se fez a Capitana a vella e os mais navios pellas outo horas da manhã», pormenor adicionado com um estilo que, curiosamente, recorda bastante aquele que, anos mais tarde, seria usado em algumas passagens da descrição da viagem que o seu filho realizou até Minas. Filho esse que, antes dessa ida para o Brasil, havia já combatido nas fronteiras do reino, seguindo os preceitos ditados pela sua mãe, mas que, em 1705, acompanhou o conde. Antes de partir foi-lhe concedida licença para o fazer «com a retenção do posto de Capitão de Infantaria que occupa»¹¹.

Importa sublinhar que os onze fólhos que relatam a viagem de Assumar à costa do Mediterrâneo, apesar de significativos, são apenas uma pequena amostra do seu empenho por manter viva a lembrança do serviço que estava a prestar. Paralelamente, mandou elaborar um copiador no qual foram sendo coligidas as cartas que escreveu durante a viagem¹². Outro documento, desta

¹⁰ BNP, *Reservados*, cod. 749, ff. 250-261 (Diário mandado pello Conde de Assumar, embaixador extraordinário a El Rey Cathólico Carlos 3.º). Citado também como: Diário da viagem que fez de Lisboa a Barcelona com o Rei Carlos III (o arquiduque), como embaixador de Portugal junto do mesmo rei.

¹¹ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], Conselho de Guerra, Decretos, maço 64, doc. 111 (Lisboa, 16 de Julho de 1705).

¹² BNP, *Reservados*, cod. 1765 (Copiador das cartas que Ex.mo S.nr conde de Assumar, embaixador extraordinário de S. M. El Rei D. Pedro 2.º a El Rei Catholico Carlos 3.º escreve, n'esta viagem que faz em sua companhia, a qual teve principio em 28 de julho de 1705 (vae athé 4 de janeiro de 1706).

vez escrito em primeira pessoa e que tem como título *Continuação do diário e de tudo o que vai sucedendo nesta expedição de Espanha e das mais partes da dita Monarquia...*¹³, revela um ainda maior envolvimento de João de Almeida Portugal na gestão da memória dos serviços que prestou. Apesar de ter sido referida por Gastão de Melo de Matos na «nota preliminar» às *Cartas do conde de Galway ao 2.º conde de Assumar*¹⁴ (de 1931) e incluído por João Palma-Ferreira, em 1981, nos subsídios para a elaboração de uma bibliografia sobre o memorialismo português¹⁵, a *Continuação do diário...* foi quase esquecida pela historiografia. De facto, não se trata de um texto afortunado; quando citado, nem sempre as referências à sua autoria terão sido correctas, atribuindo-se o diário ao 3.º conde de Assumar e não ao 2.º, o seu antecessor¹⁶.

O relato abarca o período compreendido entre 11 de Outubro de 1706 – altura em que Assumar já se encontrava na cidade de Valência – e 31 de Dezembro de 1707, quando já estava instalado em Barcelona. No entanto, apesar de o seu conteúdo e título indicarem que se trata apenas de uma parcela de uma obra de maior dimensão, esta parece não ter sido conservada na sua totalidade. Claro que não é só o uso da primeira pessoa que revela que não se trata da *Continuação do Diário da viagem...*, como erradamente defendeu Melo de Matos. As explicações oferecidas pelo conde de Assumar, ao assinalar que, «no livro o diário antecedente que deu fim em 10 de outubro de 1706 deixamos a El Rey Católico Carlos 3.º recolhido em Valença de volta da campanha com vespóra de fazer a sua entrada publica no dia seguinte»¹⁷, não têm nada a ver com este livro, o qual se circunscreve, apenas, a um episódio ocorrido em 1705, e não no ano seguinte. Trata-se, por isso, de uma alusão a um *livro* cujo paradeiro é, actualmente, desconhecido.

Posto de lado o *Diário da viagem...* como parte do *corpus* desconhecido, verifica-se uma certa continuidade na *Carta, e Diario escrito pelo Conde / de Assumar, Embaixador Extraordinário a / El Rey D. João o / 5º de Portugal, de tudo o que se pasou / enquanto acompanhou aquelle Prin- / cepe, a sua entrada*

¹³ BNP, *Reservados*, cod. 747 (Continuação do diário e de tudo o que vai sucedendo nesta expedição de Espanha e das mais partes da dita Monarchia em que com armaz Del Rey Dom Pedro Segundo de Portugal meu senhor; e dos mães Princeses aliados se pertende meter de posse de toda ella a El Rey Católico Carlos 3.º a quem venho por Embaixador extraordinário del Rey de Portugal meu senhor e tem principio este livro em 11 de outubro de 1706).

¹⁴ Gastão de Melo de MATOS (ed), *Cartas do conde de Galway ao 2.º conde de Assumar prefaciadas e anotadas por Gastão de Melo de Matos*, Lisboa, Publicações da Revista História, 1931, pp. 6-7.

¹⁵ João PALMA-FERREIRA, *Subsídios para uma bibliografia do memorialismo português*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 17.

¹⁶ Lígia de Azevedo MARTINS, Ana Cristina de Santana SILVA e Teresa Duarte FERREIRA, *Fontes para a história da Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714) nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal in* Abílio Diniz SILVA e Ana Leal de FARIA (coords.), *D. Luís da Cunha e as negociações de Utreque*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 161.

¹⁷ BNP, *Reservados*, cod. 747, 2r (Continuação do diário...).

em Madrid, / retirada para Aragão, e mais sucesos / das tropas aliadas desde Mayo / de 1710, até Fevereiro de 1711...¹⁸, um texto que passou bastante mais despercebido do que os anteriores. Com um estilo comum à *Continuação do diário...*, por apostar numa estrutura diarística bastante semelhante, o arco cronológico que os separa indicaria que as lacunas do diário de Assumar se estendem também por um período temporal de quase meia década, incluindo os anos de 1708, 1709 e quase metade de 1710. Porém, o seu perfil epistolar confere-lhe características especiais. Claro que as referências ao rei e ao empenho do conde – porque «sendo V. M. bem informado de tudo, possa tirar aquellas linhas e tomar aquellas rezoluções que mais convenhão para o augmento desse Reino e dos seus reais interesses»¹⁹ – transformam a *Carta, e Diário...* num testemunho diferente. A passagem que acabou de ser transcrita é um aparte demasiado óbvio para poder ser considerado como fragmento do diário de Assumar, mas no qual, de qualquer modo, volta a ser evidente o gosto pelo memorialismo patenteado pelo conde. A *Carta, e Diário...* é encarada não só como um instrumento para evitar o esquecimento a que a sua actividade estava sujeita na corte, caso se perdessem as cartas que ia enviando para Lisboa, mas também como um mecanismo de informação com dupla finalidade. Por um lado, visava manter informado o governo português; por outro, e devido ao carácter pessoal que lhe confere este género de escrita de diários, o texto tornava-se também num objecto em que o reconhecimento do autor era prioritário. A máxima espanhola «escrito para ser visto y leído» não parece ser aplicável, no entanto, à *Continuação do diário*, um texto que, precisamente por essa circunstância, acaba por ser sobretudo interessante para se conhecer a verdadeira percepção que o 2.º conde de Assumar tinha da missão que lhe foi cometida.

Na realidade, a pista de que é a *Continuação* o manuscrito depositado na Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se nos próprios fundos documentais da família Almeida e Portugal. Isto é, no Arquivo das Casas Fronteira e Alorna, actualmente depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa²⁰. Aí, é referenciado pelo título burocrático-administrativo de *Relatório feito pelo conde de Assumar, embaixador de Portugal [em]*

¹⁸ BNP, *Reservados*, cod. 11246 (Carta, e Diário escrito pelo Conde / de Assumar, Embaixador Extraordinário a / El Rey D. João o / 5.º de Portugal, de tudo o que se pasou / enquanto acompanhou aquella Prin- / cepe, a sua entrada em Madrid, / retirada para Aragão, e mais sucesos / das tropas aliadas desde Mayo / de 1710, até Fevereiro de 1711).

¹⁹ BNP, *Reservados*, cod. 11246, f. 1r (Carta, e Diário...).

²⁰ No século XVIII Diogo Barbosa Machado afirmava já que o conde de Assumar era o autor de um diário sobre os «Sucessos de Catalunha, e de toda a Europa», diário que ia de 25 de Julho de 1705 a 8 de Agosto de 1708 e que compreendia quatro tomos, conservados «com a devida estimação em a Sua Excellentissima Caza». Se assim for, conheceríamos apenas metade dessa sua obra. Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ deste o tempo de promulgação da Ley de Graça até o tempo prezente*, tomo II, Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1747, p. 582.

Espanha dos acontecimentos na Catalunha, conserva-se a parte imediatamente anterior à referida, com a seguinte denominação: *C[ontin]juação d[lo que se] vay sucedend[o em] Cathalunha [e na] Monarchia de Esp[anha, onde se] acha empenhado [D. Carlos] 3º a quem venho por [Embaixador] Extraordinario del Rey [D. Pedro] Segundo de Portug[al] e tem principio [no Primeiro de Março de 1706]*²¹. Começando, pois, a narrativa a 1 de Março de 1706 – desta vez em Barcelona – e terminando a 10 de Outubro, o nexu é evidente, pois este texto acaba onde se inicia a *Continuação*, ou seja, com Assumar em Valência, se bem que revele que ele próprio, nos seus 139 fólhos, é, por sua vez, outra *Continuação*. Este facto coloca, uma vez mais, a questão da ausência de um primeiro volume, não localizado até à data, mas que deveria ser acrescentado aos que aqui são objecto de análise.

O Diário e as identidades

Ser embaixador português na corte dos Áustrias espanhóis revelou ser uma tarefa árdua para os nobres lusos que desempenharam essa função durante o último terço do século XVII. Logo em 1668 o conde de Miranda, o primeiro dos *antiguos vasallos* instalado em Madrid em representação dos Bragança após a assinatura da paz hispano-portuguesa, foi alvo de hostilidades e de desprezo. «Il popolo l'accompagna con parolle d'odio et pare impossibile, che un giorno o l'altro non gli succederà qualche sinistro», afirmava, a seu respeito, Caterino Belegno, o seu homólogo veneziano²². Quanto ao marquês de Gouveia, o sucessor de Miranda nesse cargo, foi perseguido por uma multidão que chegou mesmo a apedrejar a sua residência, naquilo que constituiu um incidente muito comentado²³. Anos mais tarde, no princípio da Guerra da Sucessão espanhola, Diogo de Mendonça Corte-Real foi tratado como um réu pelas autoridades borbónicas e tal tratamento manteve-se até que Domenico Capecelatro, o embaixador espanhol em Lisboa, atravessou a fronteira da Estremadura na sua viagem de regresso a Madrid. Eram certamente antecedentes preocupantes. Contudo, e em princípio, não havia motivos para esperar que o 2.º conde de Assumar fosse alvo de um tratamento semelhante por parte dos austracistas.

D. Pedro II recebera o arquiduque em Portugal, acolhera-o na sua corte e, como aspirante a liderar o mundo hispânico, empenhou-se para que reinasse

²¹ ANTT, Arquivo das Casas de Fronteira e Alorna [ACFA], 76 (Relatório feito pelo conde de Assumar, embaixador de Portugal [em] Espanha dos acontecimentos da Catalunha no ano de 1706).

²² Academia das Ciências de Lisboa [ACL], *Serie Azul*, 1742, ff. 218r-218v (Despacho de Caterino Belegno, Madrid, 17 de Outubro de 1668).

²³ BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], 52-VI-50 (Relação da Jornada que fes à corte de Madrid o excelentissimo senhor Marquês [de Gouveia], mordomo mor, embaxador extraordinário de S. A. el Rey Cathólico, Lisboa, 2 de Março de 1674).

em Madrid. O conde, de acordo com o gazetista Soares da Silva, fora um «peregrino na sua pátria» e, ao participar na viagem às Beiras, «vai peregrinar as estranhas [a acompanhar] a Carlos 3.º». Era, além do mais, uma figura próxima do arquiduque²⁴. No entanto, um ano depois da sua partida de Lisboa, um episódio ocorrido em Valência demonstra bem a fragilidade da suposta amizade entre Portugal e o Habsburgo. Quando a cidade se preparava para receber o arquiduque após a campanha de 1706, o conde de Assumar notou que o escudo da Monarquia Hispânica colocado na famosa Porta de Quart ainda continha as armas de Portugal. «Me admirava de que na presença de Sua Magestade e na minha e de tantos cabos do exercito Portuguez se fizesse hua couza semelante, que era contra os tratados das pazes estabelecidos com a Raynha May Donna Mariana de Austria e com El Rey Carlos 2.º», queixou-se Assumar ao secretário Ramón de Vilana Perlas, que acabou por prometer que o polémico escudo iria ser removido²⁵.

Acontecimentos como este foram apenas mais uma amostra da desconfiança entre a Monarquia Hispânica e Portugal típica do período subsequente ao tratado de 1668, uma paz de certa forma inconclusiva e que tinha deixado uma série de questões pendentes entre Madrid e Lisboa. No fundo, muito embora a rainha Mariana de Áustria, como sinal da sua boa vontade, tivesse tomado a decisão, em 1669, de dissolver o Conselho de Portugal, os Áustrias continuaram a usar – deliberadamente ou não – os símbolos do reino de Portugal. Todos os excessos – desde a cunhagem de moedas com as quinas portuguesas, até selos e credenciais nas quais se incluíam o nome do reino entre as possessões dos Habsburgo – tinham sido considerados pelos espanhóis como simples descuidos²⁶. Em privado, porém, alguns dignitários hispânicos defenderam que a Monarquia tinha legitimidade para continuar a usar esses símbolos. «Nunca pudo juzgar ni parecer justo que lo que está incorporado por la sangre se desuna por las indicaciones, pues muchas tiene hoy el escudo de Armas de Vuestra Magestad de Dominios que no posee», comentou o diplomata Maserati na década de 1670, a propósito de um comprometedor brasão na fortaleza raiana de Goyán²⁷. É, no entanto, curioso que, num momento tão tardio, se fosse desenterrar uma questão que se considerava já superada e que se invocasse novamente a distração, a possível negligência «de algum ministro ignorante da Cidade», como nos quer dar a entender Vilana Perlas²⁸.

²⁴ BNL, *Reservados*, cod. 512, ff. 20r-20v (Carta em forma de gazeta escrita em Lisboa com as notícias da terra e de fora della rezumidas desde o 2º de Janeiro do anno de 1704).

²⁵ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 3v (Continuação do diário...).

²⁶ Alguns exemplos em Rafael VALLADARES, *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1998, p. 283; e David MARTÍN MARCOS, «Visiones españolas de algunos anhelos prohibidos en el Portugal de los Braganza (1668-1700): en torno a una nueva Unión Ibérica», *Ler Història*, vol. 61 (2011), p. 76.

²⁷ ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS [AGS], Estado [E], leg. 2626 (Abade Maserati à Rainha Mariana de Áustria, Lisboa, 12 de Fevereiro de 1674).

²⁸ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 3v (Continuação do diário...).

Seja qual for a sua origem, esta querela é reveladora da atitude vigilante de Assumar. O conde, que acabará por insistir para que o escudo fosse corrigido depois de ter verificado que a sua queixa, num primeiro momento, não havia tido resposta, relata no seu diário que, logo depois de ter resolvido esse problema, surgiu um outro. Será diferente na sua forma e no seu conteúdo, mas no fundo o que continuava em jogo era a defesa do estatuto de Portugal, reino que ele representava em Espanha. Nessa ocasião, explica, tratava-se do banco que lhe tocava ocupar na catedral, numa cerimónia para a qual tinha sido convidado pelo arquiduque. «Os senhores grandes de Espanha que últimamente tinham vindo de Madrid e que erao informados das etiquetas daquela Corte havião ditto a Sua Magestade que nella não era costume porsse na Capella banco cuberto com hum pano de veludo aos Embaixadores», dizia-lhe o abade de Poblet. O mesmo abade explica a Assumar que, a partir daquele momento, não deveria contar mais com esse tipo de deferência. Assumar respondeu que essa mudança de tratamento era pouco adequada, pois demonstrava que, aquando da passagem do arquiduque por Lisboa, tinha-se combinado que, na sua embaixada, se iria seguir a etiqueta de Viena, e não a de Espanha. O conde chegou mesmo a ameaçar que, no caso de não se respeitar o acordo, não teria alternativa a não ser não participar nas cerimónias públicas nas quais o rei viesse a tomar parte²⁹.

A sua estratégia intimidatória acabou por produzir resultados, ainda que a resposta negativa que os espanhóis começaram por dar aos seus pedidos deixe entrever uma controvérsia de maiores dimensões. Foi um assunto que transcendeu o périplo do embaixador, mas no qual se viu directamente envolvido. Ou seja, uma questão reveladora da defesa dos velhos modos cortesãos por parte dos espanhóis, num momento de mudança e numa altura em que modelos alheios estavam a ser introduzidos por novas comitivas, como a de Assumar. Assim, neste caso concreto pouco importa se falamos de borbónicos ou de imperiais. Tanto na corte do arquiduque Carlos como na de Filipe V existiam grupos de poder que representam a *espanholidade* da Monarquia perante os estrangeiros. A rejeição do cerimonial estrangeiro, de que é testemunha Assumar, não difere em nada do que estava então a acontecer em Madrid, onde a equiparação dos Pares franceses aos Grandes espanhóis tinha provocado grande descontentamento no seio da aristocracia castelhana³⁰. Em Madrid, em 1705, ocorreu um grave conflito cerimonial entre Filipe V e a nobreza, uma «sangrienta guerra sin sacar la espada»³¹, devido ao *banquillo* que foi colocado entre a pessoa do rei e os

²⁹ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 4r-4v (Continuação do diário...).

³⁰ O memorial do duque de Arcos é prova disso. Entre as várias cópias, BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA [BNE], ms. 7285 (Memorial que presentó el Duque de Arcos al Rey Felipe V sobre la igualdad de los Duques Pares de Francia con los Grandes de España, con la respuesta que tuvo el Duque).

³¹ Antonio TERRASA LOZANO, «El asunto del *banquillo* de 1705 y la oposición de la Grandeza a las mudanzas borbónicas: de la anécdota a la defensa del cuerpo místico de la Monarquía», *Cuadernos dieciochistas*, n.º 14 (2013), pp. 163-197.

Grandes para que nele se sentasse o capitão da *Guardia de Corps*, naquilo que constituía uma clara violação do privilégio multissecular de que ninguém se podia sentar nesse espaço.

Assumar também teve de intervir para acabar com a polémica que envolveu o conde de Vidigueira e o neto do marquês das Minas, o conde do Prado, quando os dois dignitários ousaram cobrir as cabeças na presença do arquiduque Carlos. De acordo com o relato do embaixador, esse episódio teve lugar em Valência, no dia 5 de Novembro de 1706, no vestíbulo da Igreja de São Tomás, contígua ao palácio em que estava alojado o soberano. Um dos guardas que acompanhavam o arquiduque criticou Vidigueira por este não se descobrir, mas o nobre português respondeu de um modo contundente: «que era grande de Portugal e que podia fazello». A celeuma aumentou e, a certa altura, foi mesmo necessário chamar o próprio Assumar, que se encontrava então reunido com alguns generais, sendo-lhe pedido que tudo fizesse para «remediar aquillo». Na opinião do jovem que o foi chamar, era um assunto de extrema gravidade e que carecia da sua rápida intervenção, se bem que o conde desse a entender que tinha uma posição completamente contrária àquela que a maioria parecia ter em Valência. Segundo ele, Vidigueira e Prado fizeram exactamente «o mesmo que muitas vezes virão fazer, a sua Exa. [o príncipe D. António de Liechtenstein], ao Almirante, e ao Príncipe de Armestat, em Lisboa na presença del Rey meu senhor»³².

A sua referência à forma como essas personalidades tinham agido na corte portuguesa representa uma aposta inegável no reconhecimento da igualdade entre Portugal e a Monarquia Hispânica. Como afirma António Caetano de Sousa na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, foi Assumar quem apresentou o príncipe D'Armstad ao rei D. Pedro II em 1702³³, e o seu conhecimento do cerimonial praticado pela corte dos Bragança fundamentava, naquele momento, a sua exigência de paridade, mesmo reconhecendo que caminhava «às cegas, porque se me não tem querido mandar dessa Secretaria assim os ajustes que sobre este particular se fizeram como os mais papeis que tenho pedido»³⁴. Se em Portugal tinha garantido que os dignatários que acompanhavam o arquiduque podiam desfrutar do privilégio que era gozado pelos Grandes do rei, aquilo que se esperava era, no mínimo, a reciprocidade. Tal foi conseguido graças a um acordo assinado por ambas as partes a 10 de Novembro de 1703³⁵. Contudo, e ao mesmo

³² BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 13r-13v (Continuação do diário...).

³³ António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Porto-Lisboa, QuidNovi-Academia Portuguesa da História, 2007, vol. VII, pp. 287-288. Facsímil da edição de Atlântida de 1946.

³⁴ ANTT, ACFA, 84, s.f. (Conde de Assumar a Tomás de Almeida, Valência, 23 de Dezembro de 1706).

³⁵ «Tratado (em que forão plenipotenciários o Almirante de Castela e o duque de Cadaval D. Nuno Álvares Pereira) sobre o ceremonial que se havia praticar com D. Carlos III quando chegasse a esta Corte, e o que elle devia observar nella; assignado em Lisboa a 10 de Novembro

tempo, esta situação revela bem o papel de destaque que D. Pedro II queria assumir perante os seus novos aliados³⁶. «Em deferentes ocasiões – insiste o embaixador numa carta a Liechtenstein – na presença del Rey meu Senhor e de Suas Altezas, [...] o Almirante, o Principe de Armestat e VE mesmo se cubrião quando os acompanhavão sem que a Magestade Católica estivesse presente», um gesto que tinha sido considerado necessário, mas apenas tolerado – tendo em conta os acontecimentos – para que se pudessem comportar assim. Por isso, a Assumar «pareceu que [Vidigueira e Prado] não tem excedido»³⁷.

A resposta de Liechtenstein apareceu quase uma semana mais tarde. Não negava o que tinha sido combinado em Lisboa pelo duque de Cadaval e pelo almirante de Castela, de acordo com as suas próprias explicações. No entanto, lembrava que o capítulo 16 do acordo sobre o cerimonial, que tinha sido subscrito pelos dois – e aí residia a chave do desacordo –, estabelecia que o pactuado «se entiendo somente durante à asistencia do Archiduque en Portugal, como também de Su Magestad em Castela». Era, portanto, um pacto meramente conjuntural e com um carácter extraordinário, devido às circunstâncias da guerra, nada tendo a ver com as práticas hispânicas. E pouco importava a maneira como D. Pedro II tinha procedido em Lisboa, uma vez que esse acordo já não tinha validade. Desta forma, e para grande desconsolo de Assumar, de nada serviram os seus sucessivos protestos, nem o recurso ao conde de Oropesa. Nenhum resultado foi alcançado no que toca ao reconhecimento da paridade. «Logo que reciby a carta do Conde fuy a sua Caza e lhe disse que muy diferente resposta havia eu esperado de Su Ex.a porque não julgava que depões de tanta dilação e de me andarem entertendo sem se me dar nenhua concluzão», dirá o embaixador depois de uma infrutífera troca epistolar que, na sua opinião, «claramente mostrava o pouco gosto que Sua Magestade Católica tinha de conceder aos grandes de Portugal»³⁸.

Oropesa e Assumar, entre a política e a amizade

O testemunho anterior é revelador de alguma inquietação. Proporciona, por um lado, uma espécie de desilusão perante a atitude do arquiduque

de 1703» in José Ferreira BORGES DE CASTRO, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até ao presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, tomo II, pp. 188-191.

³⁶ Isabel CLUNY, «Estrategias políticas de la monarquia portuguesa frente a la guerra de Sucesión española» in Antonio ÁLVAREZ-OSSORIO, Bernardo J. GARCÍA GARCÍA e Virginia LEÓN, *La pérdida de Europa. La guerra de Sucesión por la Monarquía de España*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes, 2007, p. 662.

³⁷ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 14r (Copia da Carta que o Conde de Assumar Embaixador del Rey de Portugal a Sua Magestade Católica Carlos 3.º escreveu ao Principe de Liechtenstein, Valência, 6 de Novembro de 1706, incluída na Continuação do diário...).

³⁸ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 35v (Continuação do diário...).

Carlos em relação aos portugueses. No entanto, e por outro lado, esse testemunho parece ser, igualmente, uma confissão, quase íntima, de Assumar a Oropesa. Este desabafo, registado na *Continuação do diário*, tem de ser lido à luz da relação próxima que essas duas figuras então mantinham e, também, do papel que foi tradicionalmente atribuído a esse conde castelhano no quadro das relações luso-hispânicas. Manuel Joaquín Álvarez de Toledo Portugal, 8.º conde de Oropesa, não só estava directamente aparentado com a dinastia dos Bragança, como também tinha sido considerado, em várias ocasiões, tão próximo de Lisboa quanto qualquer outro vassalo desse governo. Foi isso o que sucedeu na década de 1680, no momento em que Mendo de Fóios Pereira elogiou a sua proximidade, quando o conheceu em Madrid, tendo equiparado a sua disposição à de qualquer outro português. E, também, no período em que a diplomacia francesa o tornou o principal mentor de uma estratégia pró-ibérica para a sucessão de Carlos II. Ou, ainda, quando, nos últimos anos do século XVII, quis associar o seu nome, sem garantias seguras, a certas práticas propagandísticas que defendiam uma solução portuguesa para a crise dinástica espanhola³⁹.

No entanto, para além destes exemplos, pouco mais se sabe sobre o papel que os rumores concedem a Oropesa. O próprio Assumar mostrou-se certamente surpreendido quando o conde de Oropesa lhe revelou, em Dezembro de 1706, que tinha recebido, da parte de D. Pedro II, a ajuda de 40 mil cruzados. Essa revelação, na realidade, demonstra que a ligação de Oropesa à casa de Bragança ia muito para além das palavras e do sangue, e revela também que tais diligências estavam a ser efectuadas à margem do próprio embaixador português. «Nem por VS.a nem por nenhuma outra vias se me avizou de tal e elle se nam podia persuadir a que eu o ignorasse e nam deixava de ter rezam porque essa pairesse que era a forma regular, nam só que se me desse esta noticia mas que se lhe entragassem por minha via», escreve, resignado, Assumar ao secretário de Estado D. Tomás de Almeida⁴⁰.

Contudo, através dos longos parágrafos que, no seu diário, Assumar dedicou ao conde de Oropesa e à sua família, é possível captar uma imagem mais detalhada dessa figura, informação que nos ajuda a situar Oropesa num lugar próximo do embaixador, mesmo quando as suas obrigações políticas parecem distanciá-lo. Um bom exemplo disso é o episódio em que a condessa de Oropesa expressou a sua surpresa e o seu mal-estar («me fes hua grande caramunha») quando a condessa de Cardona, vice-rainha de Valência, foi escolhida, em vez dela, para convidar as demais damas da corte para a festa

³⁹ Sobre estes temas vid.: António CRUZ, «Cartas de Mendo de Fóios Pereira, enviado de Portugal em Castela (1679-1686)», *Studium Generale*, 9 (1962), p. 128, e José Manuel de BERNARDO ARES, «El iberismo como alternativa dinástica al francesismo y al austracismo (1665-1725)», *Anais de História de Além-Mar*, VIII (2007), pp. 27-28.

⁴⁰ ANTT, ACFA, 84, s.f. (Conde de Assumar a Tomás de Almeida, Valência, 23 de Dezembro de 1706).

que Assumar estava a organizar em Outubro de 1706. O seu comportamento exaltado durante uma visita do embaixador à sua residência, a 4 de Novembro – deixando de lado a lógica da preeminência que, em teoria, ostentava a mulher do vice-rei de Valência –, é revelador da dita proximidade entre os Oropesa e o português. «Me escuzey dizendolhe que não sabia se ella havia já visitado a S. Ex.a nem se tinha conhecimento de todas [as senhoras]», assegurava Assumar, para logo depois referir que a condessa, «com grande capacidade e entendimento e [...] grande noticia de todas as couzas e negócios de Madrid», tinha condições para lhe dar informações de valor sobre os desteros e acerca das detenções que estavam ser feitas na capital castelhana⁴¹. A esse respeito, a condessa surge como um exemplo paradigmático da crescente importância das redes epistolares que se baseavam nas ligações entre figuras femininas, fundamentais para a consolidação do mecenato e dos laços de parentesco⁴².

A respeito do conde de Oropesa, também presente no encontro, o embaixador assegura que é «bom em sentimento e em muitas notícias de todo o que tem passado no seu tempo» e que «tem muitas histórias galantes». Porém, o que é sem dúvida mais surpreendente é o pesar que os condes revelam a Assumar, um mês mais tarde, a propósito das «extravagâncias» do seu genro, o conde de Haro. Filho do Condestável de Castela, afirmam, acerca do jovem nobre, que cometera grandes excessos, tratando com desprezo a sua mulher, a quem teria dito que «havia de matala para cazarse com outra». «Eu procurei consolalos e dezasombralos dizendolhes que o Conde era mosso, e que com o tempo e com as suas advertencias se comporia de sorte que elles tivessem paz em sua caza e vissem a sua filha com muito gosto», conta Assumar⁴³. A fim de melhor contextualizar este episódio é oportuno convocar um texto oriundo da frente oposta, os *Comentarios* do marquês de San Felipe, nos quais se afirma que o conde de Haro teria apoiado a causa do arquiduque seguindo os passos dos seus sogros: «no tubo valor de quitar su Muger á los Padres: era muy mozo, y se dexó llevar de aquellas caricias, ó persuasiones, que faltándoles contraste vencieron»⁴⁴.

Voltando ao tema da cobertura dos Grandes de Portugal, Oropesa era uma figura próxima de Assumar, e esse facto talvez explique a solução que acabará por dar ao embaixador. A 10 de Dezembro, e paralelamente aos animados episódios familiares, o conde de Oropesa explicou a Assumar a

⁴¹ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff 12v-13r (Continuação do diário...).

⁴² James DAYBELL, «Suche newess as on the Queenes hye wayes we have mett': the News and Intelligence Network of Elizabeth Talbot, countess of Shrewsbury (c.1527-1608)» in James DAYBELL, *Women and Politics in Early Modern England, 1450-1700*, Aldershot, Ashgate, 2004, pp. 114-131.

⁴³ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 26r-26v (Continuação do diário...).

⁴⁴ Vicente BACALLAR Y SANNA, *Comentarios de la guerra de España e historia de su rey Phelipe V el Animoso desde el comienzo de su reinado, hasta la paz general de 1725*, Génova, Matheo Garvizza, s. d., p. 217

missão que lhe tinha encarregue o rei depois de constatar a ineficácia do velho acordo entre Cadaval e o Almirante sempre que D. Pedro II não se encontrava em Castela. Tratava-se agora de lhe recordar o «estilo [que] tenía el Señor Rey Felipe 4.º en el tratamiento de los señores Marqueses y condes de Portugal en el tiempo que se consideravan unidas las dos Coronas». Segundo o relato de Oropesa contido numa carta dirigida ao conde de Assumar, os marqueses falavam com o rei cobertos «en la piesa obscura que es interior del quarto», os condes cobriam-se perante Sua Majestade nas audiências públicas, bem como na presença da rainha, ocupando a parede em frente aos reis, enquanto os mordomos estavam de pé, mais próximos da entrada e igualmente cobertos. Mas nunca, nem uns nem os outros, competiram com os Grandes de Castela, em cujas funções o conde se lembra de ter participado enquanto criança⁴⁵. O Habsburgo, continua Oropesa, «dispensaría más fácilmente en esto que en la dificultad de concurrir los Grandes de Castilla en los estilos tan diferentes de los Reinos». Sobretudo porque em Castela não se usavam distinções quando se participava, de uma forma ordinária, nas audiências, nos acompanhamentos e na capela, algo que facilmente levaria a uma queixa quando «juzgan no tienen en Portugal asentada la igualdad de preeminencia con los Duques de aquel Reyno los Duques y grandes de primera clase de Castilla»⁴⁶.

Curiosamente, Assumar usou, sem hesitar, o tempo em que «se consideravan unidas las dos Coronas» como eixo principal da negociação. Manifestou divergências na memória que os portugueses mantinham em relação à de Oropesa acerca dos estilos cerimoniais. «Es sin duda que Su Magestad Católica dava audiencia a los Marqueses y Condes y mais grandes de Portugal en la misma pieza que solía darla a los suyos y que todos entravan en la que llaman de los Grandes»: foi desta maneira que respondeu à alegação de Oropesa, depois de rectificar cada uma das posições por ele descritas. Por isso, mais do que assinalar as suas divagações sobre os pormenores do protocolo, o que acaba por ser verdadeiramente significativo é notar que a sua posição deu origem a uma aceitação do período da união entre Portugal e a Monarquia como um modelo a seguir. Nesses debates, e como não podia deixar de ser, volta-se a discutir o *status* e a preeminência de Portugal perante os de Castela e os castelhanos⁴⁷. «Assentado este punto de la cobertura [...] se puede tratar y conferir para establecer una forma de recíproca igualdad entre los vasallos de las Dos Coronas como VE me propone», confessa o embaixador, chegando ao ponto de elaborar, na sua

⁴⁵ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 29v-30v (Copia de carta del conde de Oropesa al conde de Assumar, Valência, 10 de Dezembro de 1706, incluída na Continuação do diário...).

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Pedro CARDIM, *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y el debate sobre la condición política del Reino de Portugal*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014, pp. 131-169.

resposta, uma sugestiva descrição dos «vínculos de amistad de las dos naciones y de la nobleza de entrambos». Os laços que se pretendem apertar, diz Assumar:

«ya lo están mucho por los parentescos y por la sangre pues nadie ignora que muchas de las mayores Cazas de España trahen su origen y descendencia de Portugal y una gran parte de las nuestras de Castilla y no son pocas en aquel Reyno las que ilustran sus árboles genealógicos con los Señores Reys de Portugal, Castilla y Aragón, y otros soberanos, y aun de los mismos que por acá nos allamos asistiendo a Su Magestad Católica»⁴⁸.

Esta afirmação, porque foi dirigida a Oropesa, reveste-se de grande importância, devido à sua origem lusa. Ela parece apontar na direcção de uma colaboração entre as duas monarquias sempre que houvesse uma comunhão de interesses, uma colaboração que teria de decorrer de uma forma ordenada e sem faltas de respeito, nem aos Bragança, nem aos portugueses, como tinha ocorrido no episódio da Porta de Quart. A réplica do castelhano, negando as condições apontadas por Assumar sobre a presença de nobres portugueses nas cerimónias da Corte dos Áustrias – «devo declarar a VE que sin fundamento y impracticable es lo que VE me disse se tiene por assentado en Portugal»⁴⁹ –, complicou ainda mais a questão. Numa nova reunião celebrada na residência dos Oropesa, Assumar não hesitou em acusar o arquiduque Carlos de aplicar um tratamento desigual entre os grandes de Espanha e os de Portugal, circunstância que, na sua opinião, ofendia a nobreza portuguesa que se encontrava a seu lado a lutar contra os Bourbons, mas que era constantemente desvalorizada pelos Habsburgo. Para o embaixador era difícil entender o facto de o rei respeitar as prerrogativas dos castelhanos que o repudiavam e que disputavam a sua coroa, e não as dos grandes de Portugal «que têm vindo a Castella a arruinarse e a expor as suas vidas por colocar a Magestade no seu trono»⁵⁰. Perante esta situação, o próprio Oropesa acabou por recomendar uma entrevista com o arquiduque Carlos, assegurando que poderia contar com todo o seu apoio.

Acabou por ser no encontro com o Habsburgo que, finalmente, se alcançou o princípio de um acordo. Por um lado, Assumar comprometeu-se a não transmitir nem às autoridades de Lisboa, nem aos Grandes de Portugal que se encontravam em Valência, o inconveniente conteúdo da carta que Oropesa lhe tinha enviado dias antes, carta essa que, na sua opinião, poderia deixar os nobres portugueses muito descontentes. Por outro lado, o governo do arquiduque Carlos comprometia-se a envidar esforços para que, dali em

⁴⁸ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 31r-33r (Copia de carta del conde de Assumar al conde de Oropesa, Valência, 12 de Dezembro de 1706, incluída na Continuação do diário...).

⁴⁹ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 34r-35v (Copia de carta del conde de Oropesa al conde de Assumar, Valência, 21 de Dezembro de 1706, incluída na Continuação do diário...).

⁵⁰ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 36r-36v (Continuação do diário...).

diante, «não houvesse maes embarassos»⁵¹. De facto, a 7 de Janeiro de 1707, o conde de Oropesa comunicava ao embaixador que «El Rey seu amo dezejava tanto comprazer aos senhores Portuguezes que convinha muy gostozo em que os grandes daquelle Reino se cobrissen na sua prezença e que assim o podia eu avizar a Portugal»⁵².

Contudo, o processo acabou por ser transferido, juntamente com a corte, para Barcelona, e o tempo passou sem que, de acordo com o que consta na *Continuação do diário*, o conde de Oropesa tenha conhecido o seu desenlace. A sua súbita morte – a 23 de Dezembro de 1707, provocada por um ataque de apoplexia – após meses de diálogo com Assumar, assim o evidencia. O elogio com que o embaixador brindou o seu amigo, no diário, confirma que se tratou de uma perda importante para o governo do arquiducado. Refere-se a ele como um ministro de talento, com notícias e muita experiência, que soube conduzir, durante anos, as negociações da Monarquia. Era um homem que tinha sofrido perseguições e contratempos por causa dos interesses dos Áustrias. «A Senhora Condessa e seus filhos me mandarão logo recado e eu lhes fuy assistir e offeressy para tudo o que elles quizessem de mim de que ficarão muy obrigados»: é deste modo lacónico que o conde de Assumar encerra as suas considerações sobre Oropesa⁵³.

Percepções sobre a política e o conflito

No mesmo período em que Assumar escrevia os textos que temos vindo a analisar, um outro português recolhia as suas impressões sobre a Guerra da Sucessão. Trata-se de Domingos da Conceição, um capelão que acompanhou as tropas lusas no seu périplo por Espanha e que nos deixou, num texto intitulado *Diario Bellico*, um testemunho riquíssimo em detalhes sobre as gentes e as terras de quase toda a Península Ibérica. A respeito desta obra tem-se dito que é um paradigma da máxima «escribir lo visto», pois Conceição revela uma singular curiosidade pelos locais que foi percorrendo, compilando muita informação sobre lugares, edifícios notáveis e tipos humanos⁵⁴. Importa notar, contudo, que esta mesma curiosidade está presente nos textos de Assumar. Também nos seus escritos se podem encontrar, por vezes, referências à paisagem e às gentes que a habitavam, como se a distração fosse algo de necessário em tempos de guerra. A este respeito, e a título de exemplo, ressalte-se a seguinte afirmação de Assumar: a «inclinação que tinha a

⁵¹ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 37v (Continuação do diário...).

⁵² BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 38r (Continuação do diário...).

⁵³ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 123r (Continuação do diário...).

⁵⁴ ACL, *Série Vermelha*, 45 (Diario Bellico). Vid. Joaquim ALBAREDA e Virginia LEÓN SANZ, «Estudio introductorio» in Domingos da CONCEIÇÃO, *Diario Bellico. La Guerra de Sucesión en España*, Alicante, Universidad de Alicante, 2013, pp. 13-15.

nação catalana que nos costumes, na amizade e em todas as mais circunstancias se germarao sempre tanto com a Portugueza»⁵⁵.

O relato da caçada que o arquiduque Carlos realizou a 22 de Outubro de 1706, em La Albufera, uma lagoa costeira situada a sul de Valência, é bem revelador do gosto do conde pela descrição. Assumar acompanhou o arquiduque nessa excursão e, acerca de La Albufera, refere que «hé muy fermoza e agradável e de hua parte a outra toda cheya de vários lugares, tem de largo maes de hua legoa e de comprido três e meya, hé inumerável a cassa que aly se recolhe», para depois assinalar que, nesse dia festivo, tinham sido capturadas, com cercos, mais de seiscentas aves, as quais foram depois distribuídas entre os locais e os barqueiros⁵⁶.

Em Valência, por sua vez, o Real Colegio del Patriarca também foi alvo da atenção de Assumar. O seu «excelente claustro», a sua «boa livraria» e o santuário, no qual se encontram «reliquias de summa estimação», são pormenorizadamente descritos pela sua pena, a propósito de uma visita do arquiduque⁵⁷. O mesmo se pode dizer de uma estadia que realizou, uns meses antes, no santuário de Montserrat. Acerca deste monumento afirma o conde que «para aspereza do sittio em que está he mui capas», destacando a sua igreja, de «fábrica moderna porque a mandou fazer Felipe 3.º Rey de Castella», e realçando o facto de ter sido palco das conversões de Santo Inácio, de São Pedro Nolasco e de um irmão de Juan Guarin, «cuja cova em que elle fes penitencia se conserva ainda»⁵⁸.

O mesmo sucede, já em 1707, na viagem que empreendeu a Barcelona, seguindo a corte que, nessa ocasião, foi transferida para a Catalunha⁵⁹. No caminho, a sua passagem por Murviedro não o deixou indiferente: «a antiga e decantada Sagunto, a qual tantos mezes teve sitiada Anibal, está em hua situação summamente ventajosa por ser em hua eminencia toda fundada em rocca raiz que não tem couza nenhua que a domine». Sobre Castellón e Villarreal, mais a norte, comenta que eram povoações ricas e destaca a grande quantidade de gente que se reuniu para os receber, «com mil vivas, e aclamaçoens a El Rey Católico e El Rey de Portugal e a mim». Uma irmandade e uma excitação que recordavam a reacção da população das Beiras em 1704, quando foram visitadas por D. Pedro II e pelo arquiduque, na sequência da sua frustrada investida contra Castela⁶⁰. Mais adiante, o embaixador ocupa-se de outras terras do Principado: Ulldecona, Tortosa, Tarragona

⁵⁵ ANTT, ACFA, 76, f. 20r (Relatório feito pelo conde de Assumar...).

⁵⁶ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 8r (Continuação do diário...).

⁵⁷ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 28r (Continuação do diário...).

⁵⁸ ANTT, ACFA, 76, ff. 90v-91r (Relatório feito pelo conde de Assumar...).

⁵⁹ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 54v-62v (Jornada de Valença para Barcelona, está incluída na Continuação do diário).

⁶⁰ ACL, *Série Vermelha*, 530 (Jornada d'El Rei D. Pedro Segundo à Beira na Companhia do Archiduque Carlos d'Austria e hum discurso a favor daquela guerra).

– «praça importante que foy Colonia dos Romanos» –, Torredembarra, Villafraça del Penedés, Martorell e, por fim, a 31 de Março, Barcelona.

Claro que, apesar de tudo, a política e a guerra, com as várias juntas em que Assumar foi participando, as notícias que chegavam da frente ou o asfíxiante sítio a que o governo austracista se viu submetido, em Barcelona, no ano de 1706⁶¹, são temas muito mais importantes para o embaixador. Afinal, como representante de Portugal na Corte do arquiduque – reconhecido este por Lisboa como Carlos III de Espanha –, estava imbuído de um espírito que o levava a centrar-se, acima de tudo, nestes aspectos, em detrimento de outros. A decisão de D. Pedro II de apoiar o Habsburgo na Guerra da Sucessão espanhola, depois de ter apostado num primeiro momento em Filipe V, não fora gratuita, e o desejo de reconhecimento, na tomada de decisão dos Aliados, tornou-se patente em cada intervenção de Assumar perante o governo da Monarquia Hispânica. De acordo com o que registou no seu diário, teve uma atitude especialmente interventiva nas juntas militares que o arquiduque convocou em Valência, a partir de Outubro de 1706⁶². Pode mesmo afirmar-se que, nessas juntas, a sua voz foi uma das mais fortes entre aqueles que estavam reunidos – entre outros, o príncipe António de Liechtenstein, o conde de Noyelles, Oropesa, James Stanhope e o conde de Peterborough –, um grupo que solicitava que os esforços aliados se concentrassem na Península Ibérica e que insistia, também, na planificação das campanhas futuras⁶³. No começo desse ano, Assumar explicou ao arquiduque, a propósito das desavenças entre o conde de Peterborough e o conde de Cifuentes, que deveria procurar pôr fim à desunião dos generais, mas que a ele «não tocava advertir e aconselhar à Mag.de pois não tinha a honrra de ser seu ministro». Nessa ocasião Assumar acrescentou que fazia essa advertência pela atenção que lhe merecia a pessoa do arquiduque⁶⁴. No entanto, é notório que, com o passar do tempo, o protagonismo de Assumar aumentou significativamente, ao mesmo tempo que foi deixando de sentir qualquer necessidade de se justificar.

Desta forma, em 1707, e já depois de se verificar que a morte de D. Pedro II não tinha ameaçado a continuidade da coligação⁶⁵, o extenso voto que Assumar transcreve a propósito das operações militares do novo

⁶¹ ANTT, ACFA, 76, ff. 1r-65r (Relatório feito pelo conde de Assumar...).

⁶² Remedios FERRERO MICÓ, «Prolegómenos del decreto de abolición de fueros en Valencia», *Ius Fugit*, n.º 13-14 (2006), pp. 344-345. É preciso ter em conta que Ferrero Micó assinala que a primeira junta teve lugar a 21 de Outubro de 1706, enquanto Assumar relata que foi um dia antes. Cf. Pilar LEÓN TELLO, «Documentos del archiduque Carlos, pretendiente al trono de España, en la Sección de Estado», *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, vol. 73 (1966), pp. 409-477.

⁶³ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 8v-9v (Continuação do diário...).

⁶⁴ ANTT, ACFA, 76, f. 6v (Relatório feito pelo conde de Assumar...).

⁶⁵ David MARTÍN MARCOS, *Península de recelos. Portugal y España, 1668-1715*, Madrid, Marcial Pons, 2014, pp. 189-190.

ano constitui uma boa prova do seu cada vez maior envolvimento na causa do arquiduque⁶⁶. De acordo com a exposição do embaixador, o mais conveniente para a causa comum era a criação de um grande exército que enfrentasse Luís XIV, num ano em que os esforços do Bourbon, segundo o embaixador, se iriam concentrar em Espanha. A ideia, em si, era bastante simples: «juntar forças tão superiores, que com ellas possa V. Mag.de obrigar aos inimigos a ceder, e reduzir no mesmo tempo os povos de Castella». Estes, explica Assumar, «temerosos das forças de França, e enganados com seus artificios», tinham-se mostrado, até àquela data, muito «contrários aos interesses de V. Mag.de». Só se alguma coisa inquestionável impedisse a estratégia, conclui o conde, é que se poderia optar por incentivar o duque de Sabóia a unir forças com o exército imperial que se encontrava no Norte de Itália para, a partir daí, tentar invadir França. Com a guerra dentro das suas fronteiras, as tropas de Luís XIV ver-se-iam obrigadas a regressar ao reino francês, sendo possível nessa altura atacar, uma vez mais, Castela.

Atingir o coração da Monarquia com a garantia de que, desta vez, a conquista iria ser definitiva (depois do fiasco de 1706, no qual as tropas Aliadas só puderam permanecer em Madrid durante um breve período de tempo), tornou-se uma prioridade. De acordo com os escritos de Assumar em Barcelona, o marquês das Minas também sugeriu, por carta, que era imprescindível actuar nesse mesmo sentido. Uma vez que o domínio sobre a Catalunha estava assegurado, o plano consistia em armar um corpo de 4 mil infantes e de 2 mil cavalos, o qual, comandado pelo conde de Puebla, avançaria sobre Castela em articulação com as tropas de Portugal, que avançariam em direcção a Salamanca para permitir que o exército de Valência, onde se encontrava o general, pusesse em xeque a capital espanhola⁶⁷. Aprovada pelo Habsburgo, esta estratégia – na sua vertente valenciana – está bem documentada na correspondência que Assumar recebeu desde esse reino a partir de 1 de Abril de 1707. No entanto, a informação veiculada pelo seu diário é especialmente relevante a respeito do impacto que, nas semanas que se seguiram, as notícias da frente foram tendo na corte. No início, os movimentos militares que o embaixador foi registando parecem ser o augúrio de uma campanha bem sucedida – os inimigos tinham abandonado Elche, Orihuela e Múrcia. No entanto, tudo mudou a 30 de Abril, quando a visita de Assumar à condessa de Oropesa foi abruptamente interrompida por homens do governo: «Me chamarão fora e achey que era o Secretario Dom Antonio Romeo, que depões de me preparar como quem me quería dar huma ma nova, me disse que havia chegado hua posta de Valença com cartas do Conde de la Corzana»⁶⁸.

⁶⁶ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 40v-44v (Votto do Conde de Assumar, Valência, 15 de Janeiro de 1707, inclui-se em Continuação do diário...).

⁶⁷ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 63r-63v (Continuação do diário...).

⁶⁸ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 68v (Continuação do diário...).

Estas cartas davam conta da derrota do exército aliado nas imediações da vila castelhana de Almansa, a 25 de Abril. As informações recebidas nos dias antecedentes não faziam imaginar que algo de semelhante pudesse ocorrer, assegurava Assumar, o qual, já na presença do arquiduque, tomou conhecimento de novos detalhes sobre o sucedido e escreveu no seu diário que o marquês das Minas tinha ficado doente, seis dias antes da batalha ao ponto de ter sido necessário purgá-lo. Seja como for, a notícia era extremamente grave e deixou-os «confusos e aturdidos», sem entender «o motivo ou rezaio que podia obrigar aos generaes com tão manifestas dezavantages a atacar hum exercito mais poderoso, mais descansado e formado em melhor terreno»⁶⁹. Ao receber, a 2 de Maio, uma carta do próprio marquês das Minas, Assumar pôde confirmar a gravidade dos acontecimentos: perdera-se a infantaria e a artilharia, bem como uma boa parte da cavalaria, sendo preocupante o rol dos ilustres que figuravam nas listas de prisioneiros, de feridos e de mortos em combate. De qualquer modo, a carta, escrita em Alcira, não ajudou a melhorar a imagem do marquês das Minas, muito criticado pela sua precipitada retirada do campo de batalha.

Almansa constitui, de facto, uma página sombria da história militar portuguesa. A polémica actuação dos soldados lusos, que alegadamente deixaram isolados os ingleses e os holandeses, será uma fonte inesgotável de críticas e de relatos jocosos⁷⁰, um tema ao qual, sintomaticamente, Assumar não voltou a dedicar a sua atenção no diário. Esta ausência de referências a Almansa, no seu escrito, parece indicar que, nesta ocasião, o embaixador estava menos vigilante face às afrontas contra Portugal, ao mesmo tempo que se intensificavam os preparativos para reorganizar as defesas aliadas. Numa situação de evidente debilidade por parte dos Aliados, impôs-se a retirada – táctica, digamos – e o embaixador sugeriu, a 8 de Maio, e «na última extremidade», que se enviassem cartas «para os Capitaes de Valença e Aragão porque no cazo de serem atacadas de sorte que não pudessem ter rezistencia dessem a obbediencia as tropas do Duque de Anjou sem se esporem ao ultimo estrago». Talvez mais adiante, na eventualidade de uma mudança no curso da guerra, o arquiduque viesse a ter ocasião de lhes agradecer pelos seus serviços⁷¹.

Esta proposta foi formulada por um Assumar que já dava como perdido o reino de Valência. Além disso, precisamente no momento em que foi formulada, chegaram notícias do conde de Corzana e da sua rendição em condições idênticas às que tinham sido enunciadas pelo embaixador, facto altamente revelador do seu pragmatismo. A subsequente recusa da população a prestar obediência aos borbónicos – episódio que será revelado,

⁶⁹ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 70v (Continuação do diário...).

⁷⁰ William Hugh LOGAN, *Ballads and songs, with illustrative notes*, Edimburgo, William Paterson, 1859, pp. 82-83.

⁷¹ BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 76v (Continuação do diário...).

mais tarde, por Corzana – não é mais do que um reflexo das diferenças que então existiam entre os populares e as autoridades austracistas⁷², já que, para todos os comandantes militares, preservar as forças de que ainda se dispunha era prioritário e consensual. Menos consensual será, entretanto, a decisão sobre o modo de utilizar essas forças. Nesse sentido, a proximidade das tropas demonstrada por Assumar, a partir de então na Catalunha, reflecte, de um modo muito claro, o seu grande interesse pelos aspectos práticos relativos ao exército e à sua organização logística. Assim, a 1 de Junho passou revista, em Tarragona, à armada naval comandada pelo general Southwell. Pouco depois, em Lérida, encontrou-se com três regimentos de infantaria holandeses – «das relíquias do exército» – e inspeccionou, na companhia do conde de Galway, a praça de Fraga e vários acampamentos militares⁷³.

Foram tempos de actividade frenética e só no dia 13, festa de Santo António, padroeiro de Portugal, Assumar conseguiu ter um momento de repouso: «me confessey no Convento dos Capuchos, e assisty a festa do Santo». A par disso, participou em várias conferências e reuniões até que, no dia 20, regressou a Barcelona. Nessa cidade, em Agosto, a corte engalanou-se por ocasião do anúncio do casamento do arquiduque com a princesa Isabel Cristina de Brunswick, numa tentativa de levantar o moral da população, decaído na sequência do desastre de Almansa e das notícias sobre a paternidade de Filipe V⁷⁴. «No mesmo dia se fizerão diferentes graças e muitas de títulos, comendas e outras mais», explicava o embaixador⁷⁵. Até ao final desse ano Assumar foi relatando as notícias da corte e articulando-as sempre com as novas da frente e com as notícias que iam chegando da Europa de além-Pirenéus. A 31 de Dezembro – data da última entrada do seu diário – Assumar escreveu, de uma forma algo abrupta, que não tinha nada a dizer. Foi deste modo brusco que encerrou o seu diário.

Nota final

Como já foi dito, tudo parece indicar que o diário, com Assumar na corte, terá tido um começo e uma continuação. Actualmente, a sua falta de continuidade impede-nos de ter acesso a páginas certamente relevantes sobre o governo austracista. A análise que se efectuou incide, portanto, sobre uma espécie de extracto. Com mais de 250 fólios, é certo. Mas trata-se de um extracto porque, no fundo, conta com as limitações próprias de uma obra incompleta, ainda que isso não a torne numa fonte menos importante

⁷² BNP, *Reservados*, cod. 747, f. 79v (Continuação do diário...).

⁷³ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 87v-88v (Continuação do diário...).

⁷⁴ Virginia LEÓN SANZ, «Jornada a Barcelona de Isabel Cristina de Brunswick, esposa del archiduque Carlos (1708)», *Estudis*, n.º 33 (2007), p. 94.

⁷⁵ BNP, *Reservados*, cod. 747, ff. 106r-106v (Continuação do diário...).

para conhecer alguns pormenores do período sucessório e, sobretudo, para reconstituir a conduta e as diligências de um aristocrata português em terras estrangeiras. Assumar, ao longo do relato que compôs, revela o seu empenho em ser tratado em conformidade com a sua situação, assim como um desejo de reconhecimento do Portugal dos Bragança na Europa dos Aliados. Fê-lo mediante o recurso ao cerimonial e aos acordos entre Portugal e a Monarquia Católica, assinados em Lisboa logo no início do conflito, acordos esses que tinham conferido aos lusos uma evidente paridade. Mas fê-lo, também, através de um constante escrutínio do modo como foi tratado em ocasiões solenes. Nesse sentido, Assumar teve um comportamento semelhante ao dos embaixadores portugueses que, ao longo do último terço do século XVII, representaram os interesses dos Bragança na corte do velho inimigo. Era um conjunto de dignitários marcado por dúvidas e por receios, às vezes muito comprometidos perante a elite hispânica, mas que, a partir da aliança militar, se transformou. Um conjunto de dignitários que pertencia a uma elite cada vez mais profissionalizada: a dos diplomatas europeus⁷⁶. O reconhecimento do arquiduque como rei católico, a par da inclusão portuguesa no campo dos aliados, são factos que sem dúvida reforçaram o papel político do embaixador português, bem como a sua própria identidade perante o olhar dos espanhóis. Por tudo aquilo que estava em jogo, e pela confiança que Assumar lhes conseguiu transmitir, os espanhóis acabaram por ver nele um aliado independente. Se considerarmos que as autoridades portuguesas encararam a Guerra da Sucessão espanhola – o primeiro conflito europeu em que Portugal participou depois da chamada «Restauração» – como uma oportunidade para afirmar, no exterior, a imagem da realeza portuguesa, nesse caso Assumar representa a face mais visível desse aproveitamento, sendo o seu diário a melhor constatação da auto-representação portuguesa nesta nova fase da sua história.

⁷⁶ Jean-Claude WAQUET, *F. Callières. L'art de négocier en France sous Louis XIV*, Paris, Éditions Rue d'Ulm, 2005, p. 96.